



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

PROJETO DE LEI Nº 5.572, DE 2019 (APENSO: PL Nº 6.228/2019)

Apresentação: 07/07/2021 15:50 - CESPO
PRL 2 CESPO => PL 5572/2019

PRL n.2

Altera a lei nº 10671, de 15 de maio de 2003, e dá outras providencias.

Autor: Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.

Relator: Deputado Federal LUIZ LIMA

PARECER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 5.572, de 2019, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor”, para dar maior transparência ao processo de arbitragem nas partidas profissionais. Para isso, determina a divulgação da íntegra dos diálogos de toda a equipe de arbitragem que sejam feitos por meio de qualquer instrumento de comunicação eletrônica, durante a realização das partidas desportivas, e que os árbitros assistentes do VAR (arbitragem com auxílio de vídeo) sejam escolhidos por meio de sorteio.

O PL nº 6.228, de 2019, de autoria do Deputado Chiquinho Brazão, apensado ao PL nº 5.572, de 2019, também tem por objetivo a transparência do processo de arbitragem e propõe a inclusão, no art. 7º da Lei nº 10.671/2003, da obrigatoriedade de a entidade responsável pela organização da competição divulgar, durante a realização da partida, por intermédio dos serviços de som e imagem instalados no estádio, as imagens assistidas e conversas ocorridas, em tempo real, entre os árbitros, em caso de revisão de jogadas pela utilização de imagens de vídeo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218435568000>



* C D 2 1 8 4 3 5 5 6 8 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

As proposições encontram-se distribuídas à Comissão do Esporte (CESPO), para apreciação conclusiva de mérito, com fulcro no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame de constitucionalidade e juridicidade da matéria, nos termos do art. 54 do RICD. Seguem o regime de tramitação ordinária.

Na Comissão do Esporte, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cumpre-me, por designação da Presidência da Comissão do Esporte, a elaboração de parecer sobre o mérito desportivo das propostas em análise. Na Comissão do Esporte, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei (PL) n.º 5.572, de 2019, e o PL nº 6.228, de 2019, apenso, têm por objetivo alterar a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor”, para dar maior transparência ao processo de arbitragem nas partidas profissionais.

Em razão das inovações tecnológicas introduzidas na arbitragem em partidas profissionais, como, por exemplo, a do VAR (arbitragem com auxílio de vídeo), no futebol, entendemos meritórias as propostas de atualização do Estatuto do Torcedor para garantir transparência também nas comunicações eletrônicas que ocorrem entre os árbitros e que não estão visíveis ou audíveis aos torcedores nessas novas modalidades de arbitragem, bem como também para a escolha da nova equipe de arbitragem que não fica à vista do torcedor nos estádios.

Cada vez mais os gestores do esporte profissional vêm sendo cobrados para que ajam de forma ética e sejam mais transparentes quanto às práticas da arbitragem. Assim, em nome da necessidade de colocar luz e transparência nesse processo, entendemos que a divulgação dos diálogos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

entre os árbitros deve ser feita em tempo real e, também, no sítio da entidade na rede mundial de computadores.

No mérito a matéria nos parece, portanto, necessária e oportuna.

Com relação à técnica legislativa, as proposições em exame exigem reparos. A transparência da comunicação eletrônica da arbitragem deve estar próxima do art. 11 do Estatuto do Torcedor, que já trata da transparência da súmula e do relatório de partida. A previsão da publicidade para o torcedor deve estar inserida no art. 12, que trata da publicação da súmula e dos relatórios de partida. A redação proposta para o art. 32 também deve ser ajustada de forma a permitir que o sorteio seja aplicado a qualquer configuração de equipe de arbitragem, seja por meio do VAR ou outra que venha a ser criada no futuro.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.572, de 2019, do Sr. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR., e do Projeto de Lei nº 6.228, de 2019, do Sr. CHIQUINHO BRAZÃO, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão em, 07 de julho de 2021.

Deputado Federal LUIZ LIMA

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218435568000>



* C D 2 1 8 4 3 3 5 5 6 8 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 5.572, DE 2019, e Nº 6.228, DE 2019

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para dar maior transparência à arbitragem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo alterar a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, Estatuto de Defesa do Torcedor, para regular o direito do torcedor a maior transparência na arbitragem.

Art. 2º A Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 11-A É direito do torcedor a divulgação na íntegra e em tempo real dos diálogos de toda a equipe de arbitragem que sejam feitos mediante qualquer instrumento de comunicação eletrônica durante a realização dos certames desportivos.

Parágrafo único. A comunicação eletrônica deverá ser feita por equipamento eletrônico que permita a gravação de áudio ou vídeo, de uso individualizado ou por meio de captura coletiva, desde que permita o disposto no caput deste artigo.”

(NR)

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218435568000>



* C D 2 1 8 4 3 5 5 6 8 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

“Art. 12 Além da divulgação em tempo real dos diálogos de toda a equipe de arbitragem, a entidade responsável pela organização da competição dará publicidade à súmula, aos relatórios da partida e aos diálogos de que trata o art. 11-A desta Lei, no sítio de que trata o § 1º do art. 5º até as 14 (quatorze) horas do 3º (terceiro) dia útil subsequente ao da realização da partida.” (NR)

Art. 4º O art. 32 da Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. É direito do torcedor que toda a equipe de arbitragem, inclusive os árbitros de cada partida, os auxiliares de arbitragem em campo e os assistentes de arbitragem fora de campo, seja escolhida mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados, ou audiência pública utilizando o mesmo parâmetro e transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores, sob pena de nulidade.

.....”(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 07 de julho de 2021.

Deputado Federal LUIZ LIMA

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218435568000>



* C D 2 1 8 4 3 5 5 6 8 0 0 0 *